



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
"José Gomes da Silva" – Fundação ITESP

CONCURSO PÚBLICO

026. PROVA OBJETIVA

ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – SERVIÇO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE COMUNIDADES RURAIS

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno contendo 50 questões objetivas e o caderno de redação.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos nas capas dos cadernos e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir os cadernos, verifique se estão completos ou se apresentam imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **08**.

O equilibrista bêbado

Girar pratos constitui um tradicional ato circense, no qual um malabarista mantém um grande número de pratos girando sobre varetas. Frequentemente, o ato é combinado com acrobacias e sequências humorísticas. Girar pratos é também uma conhecida metáfora para o trabalho gerencial. Muitos executivos, quando interrogados sobre sua rotina, respondem com a frase: “continuo tentando manter os pratos no ar”.

Colin Price, diretor da consultoria McKinsey & Company, em Londres, fez eco ao senso comum: publicou, há alguns meses, um artigo na revista da empresa, sugerindo que liderança se tornou, de fato, a arte de girar pratos. O consultor refere-se aos paradoxos característicos da vida nas organizações e à necessidade de os executivos buscarem posições de equilíbrio, nem sempre triviais.

Sua principal premissa é que a forma racional para buscar melhores resultados nas organizações, com foco em questões financeiras e operacionais, com metas, pode não ser a maneira mais eficaz. Não deixa de parecer irônico, dado sua empresa ter construído um impressionante portfólio de clientes com a venda justamente desse tipo de abordagem. Price parece ter descoberto que, embora gostemos de ver as empresas como manifestações da racionalidade, a realidade frequentemente nos mostra que ações e decisões corporativas são comumente marcadas pela imprevisibilidade e pela excentricidade do comportamento humano.

A sugestão de Price é abraçar a condição paradoxal da vida corporativa e buscar situações de equilíbrio. Assim como os malabaristas tentam manter seus pratos no ar, os executivos devem tentar direcionar esforços para incentivar os comportamentos capazes de alinhar as organizações com as suas maiores prioridades.

O consultor identifica grandes paradoxos da vida corporativa. Dois deles merecem destaque. O primeiro envolve mudanças e estabilidade. Toda empresa que deseja sobreviver precisa manter-se no passo de mudança de seu ambiente. Frequentemente, isso implica realizar alterações na estratégia, reformar estruturas, renovar quadros e acelerar o desenvolvimento e o lançamento de produtos. No entanto, o excesso de mudanças causa estresse e gera resistência. Mais sensato é procurar o equilíbrio entre mudança e estabilidade, com respeito aos limites das pessoas e dos processos.

O segundo paradoxo envolve controle e autonomia. Toda organização necessita de normas e processos. Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras. Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento. Por outro lado, o excesso de controle condena os funcionários à condição de meros executores. Como as bandas de jazz, as empresas precisam de regras básicas para operar, de forma que cada profissional possa, no momento correto, improvisar e criar.

A mensagem de Price tem méritos. De fato, para enfrentar os desafios do dia a dia, os executivos devem reconhecer que sua atividade é permeada por contradições. Infelizmente, muitos parecem agir como equilibristas bêbados. Sobra-lhes desinibição e falta-lhes consciência. Se trabalhassem “sóbrios”, talvez fossem capazes de reconhecer a real natureza de sua tarefa e manter todos os pratos no ar.

(Thomaz Wood Jr., www.cartacapital.com.br, 07.07.2013. Adaptado)

- 01.** A comparação entre a gestão de negócios e a arte de girar pratos, estabelecida no texto, diz respeito ao fato de que os executivos precisam
- (A) saber agir com constância e manter-se inflexíveis em suas convicções, primando pela estabilidade acima de tudo.
 - (B) atuar em diversas frentes e balancear diferentes demandas, em um contexto marcado por contradições.
 - (C) aceitar o fato de que é imprescindível permanecer em constante e acelerada mudança, ignorando as resistências.
 - (D) combater e anular os paradoxos que podem surgir em suas organizações, buscando preservar a produtividade.
 - (E) antecipar os possíveis entraves ao crescimento, em um ambiente em que é impossível definir prioridades e traçar metas.
- 02.** De acordo com o autor, a opinião de Colin Price acerca da relação entre liderança e a arte de girar pratos parece irônica, porque o consultor descreve o meio empresarial como
- (A) hostil e difícil de ser administrado com base em pressupostos humanistas.
 - (B) caótico, denunciando falhas de gestão no interior da empresa que representa.
 - (C) excêntrico e, portanto, impermeável à análise de empresas de consultoria.
 - (D) menos conturbado do que o que vinha sendo divulgado pela mídia londrina.
 - (E) mais influenciado pela irracionalidade do que a McKinsey & Company costumava defender.
- 03.** O termo destacado em – O consultor refere-se aos paradoxos característicos da vida nas organizações e à necessidade de os executivos buscarem posições de equilíbrio, nem sempre **triviais**. – tem o sentido de
- (A) exequíveis.
 - (B) justificadas.
 - (C) decorosas.
 - (D) convencionais.
 - (E) heterodoxas.

04. As expressões destacadas em – A sugestão de Price é **abraçar** a condição paradoxal da vida corporativa e **buscar** situações de equilíbrio. – estão, correta e respectivamente, substituídas, sem alteração de sentido e seguindo as regras de regência da norma-padrão da língua portuguesa, por:

- (A) acatar sobre a ... ir em busca ante
- (B) acatar pela ... ir em busca nas
- (C) acatar na ... ir em busca para
- (D) acatar da ... ir em busca a
- (E) acatar a ... ir em busca de

Releia o penúltimo parágrafo para responder às questões de números 05 e 06.

O segundo paradoxo envolve controle e autonomia. Toda organização necessita de normas e processos. Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras. Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento. Por outro lado, o excesso de controle condena os funcionários à condição de meros executores. Como as bandas de jazz, as empresas precisam de regras básicas para operar, de forma que cada profissional possa, no momento correto, improvisar e criar.

05. Considere as frases e a relação de sentido que estabelecem no parágrafo:

- (a) Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras.
- (b) Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento.

É correto afirmar que as frases (a) e (b) estabelecem, entre si, uma relação de

- (A) tempo e modo.
- (B) causa e consequência.
- (C) conformidade e condição.
- (D) alternância e proporção.
- (E) comparação e concessão.

06. No contexto da argumentação do parágrafo, marcada pelo contraste entre ideias, a comparação com as bandas de jazz serve para destacar a importância de haver equilíbrio entre

- (A) investimento e infraestrutura.
- (B) planejamento e imprevisibilidade.
- (C) talento e criatividade.
- (D) ordem e profissionalismo.
- (E) conhecimento e técnica.

07. No trecho do último parágrafo – De fato, para enfrentar os desafios do dia a dia, os executivos **devem** reconhecer que sua atividade é permeada por contradições. –, a forma verbal em destaque expressa uma

- (A) recomendação.
- (B) dúvida.
- (C) comparação.
- (D) estimativa.
- (E) hesitação.

08. Considere as frases:

- Muitos executivos, quando interrogados sobre sua rotina, respondem com a frase: “continuo tentando manter os pratos no ar”. (primeiro parágrafo)
- Se trabalhassem “sóbrios”, talvez fossem capazes de reconhecer a real natureza de sua tarefa e manter todos os pratos no ar. (último parágrafo)

É correto afirmar que as aspas sinalizam, em “continuo tentando manter os pratos no ar” e “sóbrios”, respectivamente,

- (A) a ironia na fala de um personagem e uma palavra inventada pelo autor.
- (B) o título de uma obra e uma palavra com sentido pejorativo.
- (C) uma expressão com sentido irônico e uma palavra de língua estrangeira.
- (D) uma citação e uma palavra empregada com sentido figurado.
- (E) uma dúvida e uma palavra que não condiz com a opinião do autor.

09. Assinale a alternativa em que a concordância segue a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) O estresse e a resistência são, comumente, gerado pelo excesso de mudanças.
- (B) Orientar-se por normas são algo essencial para qualquer organização.
- (C) São necessárias regras básicas para que as empresas possam operar eficazmente.
- (D) Existe vários méritos na mensagem de Colin Price.
- (E) Alguns executivos esbanjam desinibição, mas não dispõe de consciência.

10. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas, seguindo as normas de uso do acento indicativo de crase.

Price defende _____ ideia de que a forma racional para chegar _____ melhores resultados nas organizações pode não equivaler _____ maneira mais eficaz.

- (A) a ... a ... à
- (B) a ... à ... à
- (C) à ... à ... à
- (D) à ... à ... a
- (E) a ... à ... a

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

11. Assinale a alternativa correta a respeito dos princípios da Administração Pública.
- (A) Em relação ao princípio da legalidade, aplicável igualmente ao particular, pode-se afirmar que a Administração Pública pode fazer tudo o que a lei não proíbe.
 - (B) Tendo em vista o princípio da impessoalidade, a lei veda à Administração Pública, em qualquer hipótese, contratar obras e serviços diretamente, sem o procedimento licitatório.
 - (C) A violação do princípio da moralidade pelo administrador público enseja a propositura da ação popular, que pode ser proposta pelo cidadão ou pelo Ministério Público.
 - (D) Atos de improbidade administrativa que atentem contra os princípios da Administração Pública podem acarretar a cassação dos direitos políticos do infrator.
 - (E) O princípio da eficiência autoriza que a Administração Pública possa exonerar o servidor público estável em razão de insuficiência de desempenho.
12. Na hipótese de a Administração Pública constatar que editou um ato administrativo com vício que o torna ilegal, ela deverá
- (A) anular o ato, com base no princípio da autotutela.
 - (B) revogar o ato, com base no princípio da moralidade.
 - (C) postular a anulação do ato perante o Judiciário, uma vez que somente este pode anular um ato administrativo.
 - (D) aguardar o prejudicado requerer a revogação do ato.
 - (E) revogar o ato, com base no princípio da indisponibilidade, na hipótese de ter prejudicado terceiros.
13. Assinale a alternativa que contempla apenas órgãos da Administração Indireta.
- (A) Secretaria da Fazenda e Gabinete do Governador.
 - (B) Ministério Público e autarquia.
 - (C) Empresa pública e sociedade de economia mista.
 - (D) Secretaria da Educação e Fundação ITESP.
 - (E) Delegacia de Polícia e agências reguladoras.
14. Considerando o regime jurídico das fundações, é correto afirmar que
- (A) possuem personalidade jurídica atribuída a um patrimônio preordenado, afeto a um fim social, visando à percepção de lucro, submetidas a um regime de direito privado.
 - (B) podem ser instituídas pela iniciativa privada ou podem ter o poder público como seu instituidor, sempre dotadas de autonomia administrativa.
 - (C) podem ser instituídas pelo poder público quando este pretender intervir no domínio econômico e atuar na mesma área de mercado em competição com o particular, mas sempre na defesa do interesse público.
 - (D) o seu nascimento se dá com o registro do decreto que criou a fundação no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
 - (E) as fundações governamentais sujeitam-se à responsabilidade civil na modalidade subjetiva, em obediência aos princípios constitucionais da Administração Pública.
15. No que tange aos privilégios tributários que a Constituição Federal prevê em favor das fundações públicas, é correto afirmar que estas possuem imunidade tributária quanto
- (A) às taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
 - (B) às contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas.
 - (C) a qualquer tipo de imposto, desde que sejam reconhecidas como entidades de utilidade pública pelo Governo Federal.
 - (D) aos impostos sobre a sua renda, o seu patrimônio e os seus serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
 - (E) a todos os tributos relacionados a suas atividades previstos na Constituição Federal.
16. Tendo em vista o regime jurídico dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.
- (A) A Administração Pública tem a prerrogativa de executar seus atos e decisões diretamente sobre o particular, sem a intervenção do Poder Judiciário.
 - (B) O ato discricionário é de competência da Administração Pública, mas pode ser submetido ao crivo do Poder Judiciário, que tem poderes para examinar o seu mérito.
 - (C) O ato administrativo vinculado é aquele que permite à Administração Pública examinar a conveniência e oportunidade do serviço público quando da sua edição.
 - (D) O direito brasileiro não admite a convalidação de atos administrativos.
 - (E) Os atos administrativos são irrevogáveis.

17. É um exemplo de ato administrativo discricionário:

- (A) concessão de uma licença em favor do administrado para desenvolver uma atividade lícita.
- (B) admissão do particular em escolas ou universidades públicas.
- (C) deferimento de licença para dirigir veículos automotores.
- (D) concessão de gozo de licença-prêmio requerida pelo servidor público.
- (E) concessão de aposentadoria ao servidor quando este completa 70 anos.

18. São ambos princípios aplicáveis aos processos administrativos:

- (A) verdade sabida e formalismo processual.
- (B) publicidade e pessoalidade.
- (C) verdade material e garantismo.
- (D) disciplina e tipicidade.
- (E) contraditório e informalismo procedimental.

19. Considerando a doutrina prevalente acerca da classificação dos direitos humanos fundamentais, é correto afirmar que é exemplo de liberdade positiva o direito

- (A) de ir e vir.
- (B) à vida.
- (C) à saúde.
- (D) à propriedade.
- (E) à segurança pessoal.

20. Conforme dispõe a Lei n.º 12.527/2011, o pedido de acesso à informação

- (A) deve ser feito, exclusivamente, por meio de acesso a sítio na internet criado especialmente para essa finalidade.
- (B) relativo à informação disponível, deve ser atendido de imediato pelo respectivo órgão ou entidade pública.
- (C) pode ser feito por qualquer interessado, sem que seja necessário identificar-se.
- (D) de interesse público, pode ser condicionado ao atendimento de exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação.
- (E) ficará condicionado ao recolhimento da taxa devida pela prestação do serviço público.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Constituição Estadual de São Paulo, ao tratar da Política Agrícola, Agrária e Fundiária, estabelece que

- (A) o Estado compatibilizará a sua ação na área agrícola e agrária para garantir as diretrizes e metas do Programa Nacional de Reforma Agrária.
- (B) a ação de órgãos oficiais atenderá aos imóveis que cumpram a função social da propriedade e aos médios produtores rurais, preferencialmente.
- (C) a concessão real de uso de terras públicas far-se-á por meio de escritura pública, na qual constarão, além de outras, cláusulas definidoras da obrigatoriedade da exploração das terras, de modo pessoal, pelo beneficiário, para cultivo que atenda ao plano nacional de ação fundiária.
- (D) o Estado, mediante decreto estadual, criará um Conselho de Desenvolvimento Rural.
- (E) caberá ao Poder Público organizar o abastecimento alimentar, assegurando, preferencialmente, as condições para a produção de alimentos da fruticultura tropical.

22. Aos imóveis rurais desapropriados para fins de reforma agrária, a Constituição Federal de 1988 prevê que

- (A) são isentas de impostos federais e municipais as operações de transferência que os envolvam.
- (B) cabe à lei ordinária estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumaríssimo, para o procedimento judicial de desapropriação.
- (C) as benfeitorias úteis e voluptuárias serão indenizadas em dinheiro.
- (D) o orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício financeiro.
- (E) o decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União, mediante prévia aprovação do Congresso Nacional, a propor a ação de desapropriação.

23. O cumprimento da função social da propriedade rural ocorre quando ela atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, dentre outros, o seguinte requisito:

- (A) cooperativismo.
- (B) aproveitamento racional e adequado.
- (C) habitação para o trabalhador rural.
- (D) exploração que favoreça o incentivo à pesquisa e à tecnologia.
- (E) observância das disposições que regulam os instrumentos creditícios e fiscais.

24. A Lei n.º 10.207/99, que cria a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, ITESP, dispõe que a Fundação
- (A) terá por objetivo planejar e executar as políticas agrária e fundiária no âmbito do Estado.
 - (B) gozará de autonomia jurídica.
 - (C) ficará isenta de tributos federais e municipais.
 - (D) é constituída pelos órgãos denominados Conselho da Agricultura Familiar e Diretoria Administrativa.
 - (E) fornecerá, à Secretaria da Fazenda e à Secretaria do Meio Ambiente, os documentos necessários ao controle de resultados e de legitimidade.
25. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996, no artigo 28, em relação à educação básica para a população rural, prevê que os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente no que se refere
- (A) a diferentes fases da lua e à qualidade da terra.
 - (B) aos interesses estratégicos do município e às possibilidades concretas da região.
 - (C) às condições climáticas e às fases do ciclo agrícola.
 - (D) ao período de chuvas e aos recursos e equipamentos agrícolas disponíveis.
 - (E) ao planejamento político e aos recursos orçamentários previstos para tal.
26. De acordo com previsões expressas no artigo 2.º da LDB, a educação, dever da _____ e do _____, inspirada nos princípios de _____ e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da _____ e sua qualificação para _____.
- Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.
- (A) justiça ... Estado ... fraternidade ... autonomia ... o trabalho
 - (B) família ... município ... liberdade ... justiça ... o mercado
 - (C) sociedade ... governo ... igualdade ... participação ... o sistema
 - (D) família ... Estado ... liberdade ... cidadania ... o trabalho
 - (E) justiça ... município ... alteridade ... política ... a vida
27. A Lei Orgânica da Saúde, Lei n.º 8.080, estabelece que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu exercício. Nessa perspectiva, assinale a alternativa que melhor define os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde.
- (A) Vigilância sanitária e epidemiológica.
 - (B) Universalidade de acesso aos serviços em todos os níveis de assistência.
 - (C) Formulação da política de medicamentos e outros insumos.
 - (D) Controle e fiscalização de serviços, produtos e substâncias de interesse para a saúde.
 - (E) Centralização da prestação de serviços que se relacionam com a saúde.
28. O Sistema Único de Saúde tem como objetivo a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas, conforme estabelece o artigo 5.º, III, da Lei Orgânica da Saúde. Está incluída no campo de atuação do Sistema Único de Saúde – SUS, dentre outras, a
- (A) colaboração na proteção do meio ambiente, nele compreendido o trabalho.
 - (B) divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e à sua utilização pelo usuário.
 - (C) descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo.
 - (D) integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico.
 - (E) capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência.
29. A Lei Orgânica de Assistência Social, Lei n.º 8.742 de 1993, dispõe sobre a organização da Assistência Social no Brasil. Dentre os princípios estabelecidos na referida Lei, destaca(m)-se
- (A) a proteção à família, à maternidade, à infância e à velhice, garantindo 1 salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção.
 - (B) o amparo às crianças e adolescentes carentes, garantindo a promoção da integração ao mercado de trabalho.
 - (C) a igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.
 - (D) a divulgação restrita dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.
 - (E) a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção da integração ao mercado de trabalho.

30. O Sistema Único da Assistência Social – SUAS materializa o conteúdo expresso na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS. Para a proteção social, função de assistência social, a família é o núcleo social básico de acolhida. Ela deve ser apoiada e ter acesso a condições de prover sustento, guarda e educação de suas crianças e adolescentes, bem como de idosos e de pessoas com deficiências.

Assinale a alternativa que apresenta o conceito que expressa esse eixo estruturante da Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

- (A) Inclusão familiar.
- (B) Integração familiar.
- (C) Normatização sociofamiliar.
- (D) Proteção sociofamiliar.
- (E) Matricialidade sociofamiliar.

31. Quem participa da vida de uma comunidade, de uma cidade, Estado ou país, torna-se sujeito de suas ações, sendo capaz de fazer críticas, de escolher, de defender seus direitos e de cumprir melhor os seus deveres também. O exercício da participação é um dos principais instrumentos na formação de uma atitude democrática.

Assinale a alternativa que define esse tipo de ação.

- (A) Sindicalismo.
- (B) Cidadania.
- (C) Partidarismo.
- (D) Proposição.
- (E) Populismo.

32. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n.º 8.069 de 1990, estabelece no artigo 53 que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. A respeito dos direitos previstos nesse artigo, leia as alternativas a seguir, classificando-as como (V) verdadeiro ou (F) falso.

- () Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- () Direito de ser respeitado por seus educadores.
- () Dever de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.
- () Direito de organização e participação em entidades estudantis.
- () Acesso à escola privada e gratuita próximas de sua residência.

Assinale a alternativa que contém a classificação correta, de cima para baixo.

- (A) F; V; V; F; V.
- (B) V; F; V; V; F.
- (C) V; F; F; V; V.
- (D) V; V; F; V; F.
- (E) F; V; F; V; V.

33. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n.º 8.069 de 1990, regulamenta a Constituição Federal de 1988 e propõe a concepção de criança e adolescente como sujeitos de direitos. Conforme previsões contidas no ECA, o Conselho Tutelar é o órgão encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. A definição sobre local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto a eventual remuneração de seus membros, conforme artigo 134, estará prevista em

- (A) Medida Provisória.
- (B) Lei Municipal.
- (C) Projeto de lei de âmbito estadual.
- (D) Regulamento do Conselho Nacional dos Direitos.
- (E) Normativas específicas da esfera federal de governo.

34. A Constituição Federal de 1988 define no artigo 7.º os direitos constitucionais dos trabalhadores urbanos e rurais. Assinale a alternativa que informa corretamente um desses direitos, conforme previsões do citado artigo.

- (A) Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.
- (B) Obrigatoriedade de filiar-se ou de manter-se filiado a sindicato.
- (C) Proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos.
- (D) Distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual.
- (E) Participação nos lucros ou resultados vinculados à remuneração.

35. O desprestígio do trabalho dito _____, realizado na esfera do domicílio, é interpretado por alguns autores como trabalho _____. Trabalho _____, feito à mesma maneira todos os dias sem nunca chegar ao produto final da tarefa. Ao contrário do trabalho _____, chamado _____, cuja etapa final produzirá algum rendimento que garantirá a prosperidade da família.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) infantil ... alternativo ... planejado ... automatizado ... juvenil
- (B) intelectual ... especial ... elementar ... manual ... satisfatório
- (C) masculino ... autônomo ... específico ... esporádico ... rentável
- (D) feminino ... reprodutivo ... repetitivo ... masculino ... produtivo
- (E) fabril ... periódico ... produtivo ... feminino ... reprodutivo

36. A educação de jovens e adultos, desafio histórico para a política educacional brasileira, é uma questão de suma importância, inclusive pela expressiva presença de analfabetos no país. Nesse sentido, a LDB estabelece que a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. O parágrafo 1.º do artigo 37 prevê que os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente a esses jovens e adultos oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições
- (A) de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.
 - (B) familiares e regionais, mediante provas seletivas e disponibilidade de vagas.
 - (C) de moradia e de saúde, por meio de concursos e ações preparatórias.
 - (D) específicas dessa faixa etária e da região, por intermédio de estudos socioeconômicos e da realização de processos seletivos.
 - (E) de saúde e de trabalho, condizentes com resultados obtidos em processos seletivos próprios.
37. A gestão democrática exige que se constituam, além dos planos, programas e projetos – os quais orientam a ação num prazo determinado –, a estruturação, no aparelho do Estado, de sistemas, benefícios e serviços ofertados às populações da cidade e do campo, às etnias e às chamadas minorias. Trata-se da implementação de direitos assegurados em lei, com caráter de ações permanentes, as quais são também objeto do processo de planejamento, para
- (A) manutenção e consolidação.
 - (B) articulação e composição.
 - (C) adaptação e transição.
 - (D) unificação e complementação.
 - (E) revisão e aperfeiçoamento.
38. Para o planejamento, execução e avaliação dos serviços, uma das funções da política de assistência social é a vigilância social. A vigilância social diz respeito
- (A) à fiscalização das instituições governamentais e não governamentais na prestação dos serviços socioassistenciais.
 - (B) ao controle e monitoramento da oferta de serviços prestados e da população atendida.
 - (C) ao acompanhamento da utilização dos recursos destinados ao funcionamento dos serviços, projetos e benefícios.
 - (D) à articulação permanente com o sistema de garantia de direitos, com a rede socioassistencial e com as demais políticas.
 - (E) à produção e sistematização de informações sobre vulnerabilidade e riscos para a garantia de diagnósticos consistentes.
39. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o principal objetivo dos serviços de assistência técnica e extensão rural é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais. Nesse sentido, conforme o citado ministério, tal objetivo será alcançado por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de _____, de mecanismos de _____ recursos, serviços e renda, de forma _____.
- Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.
- (A) consumo ... controle de ... dinâmica
 - (B) planejamento ... gestão de ... global
 - (C) controle ... monitoramento de ... geral
 - (D) produção ... acesso a ... sustentável
 - (E) execução ... padronização de ... localizada
40. Eficiência, eficácia e efetividade são conceitos fundamentais na avaliação de políticas, projetos e programas sociais. A efetividade refere-se
- (A) a mudanças significativas na qualidade de vida e atendimento às reais demandas sociais.
 - (B) ao alcance dos objetivos, metas e resultados.
 - (C) à transparência e probidade no uso dos recursos ou maior racionalização dos gastos.
 - (D) à obtenção do menor custo possível para o maior benefício introduzido pelo programa.
 - (E) à relação entre a aplicação dos recursos e benefícios derivados dos resultados obtidos.
41. A Política Nacional de Assistência Social estabelece as funções de Assistência Social. A garantia das seguranças de convívio, acolhida, desenvolvimento de autonomia, rendimentos e sobrevivência a riscos circunstanciais compõem a função de
- (A) vigilância social.
 - (B) defesa social.
 - (C) proteção social.
 - (D) defesa institucional.
 - (E) socialização primária.
42. Assinale a alternativa que define uma forma de organização, com duas ou mais pessoas, muito utilizada no meio rural, que tem como finalidade conseguir benefícios comuns para seus integrantes por meio de ações coletivas.
- (A) Sindicalismo.
 - (B) Associativismo.
 - (C) Cooperativismo.
 - (D) Partidarismo.
 - (E) Clientelismo.

43. A avaliação de uma política social pressupõe inseri-la na totalidade e dinamicidade da realidade. Mais do que conhecer e dominar tipos e métodos de avaliação é fundamental reconhecer que as políticas sociais têm um papel imprescindível na consolidação do Estado democrático de direito e que, tanto para exercer a função, como para seu objetivo primeiro, devem ser entendidas e avaliadas como um conjunto de programas, projetos e ações que devem universalizar direitos. Desse modo, toda e qualquer avaliação de políticas sociais deve se sobrepor à mera composição de técnicas e instrumentos, e situar-se no âmbito da identificação da concepção de Estado e de política social que determina seu (sua)
- (A) estratégia.
(B) gestão.
(C) metodologia.
(D) processo.
(E) resultado.
44. O apoio à agricultura _____ tem sido cada vez mais _____, pois tem sido reconhecida a sua grande importância na busca de uma nação mais _____ e _____. Contudo, ainda ocorre uma grande marginalização – que também existente no meio urbano – que faz com que os agricultores, principalmente os _____, não acreditem em perspectivas de desenvolvimento neste meio.
- Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.
- (A) moderna ... polêmico ... justa ... igualitária ... idosos
(B) familiar ... difundido ... sustentável ... pluriativa ... jovens
(C) orgânica ... ampliado ... humana ... desigual ... homens
(D) agropecuária ... consolidado ... solidária ... equilibrada ... adultos
(E) alimentar ... favorecido ... avançada ... justa ... desempregados
45. A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais define como agricultores familiares e empreendedores rurais aqueles que não detenham área superior a _____ módulos fiscais, utilizem de forma preponderante _____ da própria família, tenha renda familiar majoritária de atividades vinculadas ao próprio _____ ou empreendimento.
- Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.
- (A) quatro ... mão de obra ... estabelecimento
(B) cinco ... áreas ... município
(C) seis ... alimentação ... gerenciamento
(D) sete ... equipamentos ... financiamento
(E) oito ... renda ... orçamento
46. A agricultura familiar é uma forma de produção na qual predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase à diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementando pelo trabalho assalariado. Para apoiar o desenvolvimento rural a partir do fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de postos de trabalho e renda, executando de forma descentralizada e tendo como protagonistas os agricultores familiares e suas organizações, foi criado no País o Programa
- (A) Inter-estadual para Articulação de Agricultores Familiares – PIAAF.
(B) Intensivo de Valorização da Agricultura Familiar – PIVAF.
(C) Tri-partite para incentivo de Agricultores Familiares – PTIAF.
(D) Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.
(E) Especial para Assessoria à Agricultura Familiar – PEAAF.
47. A administração do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), segundo o que estabelece a Lei n.º 14.591/11, caberá a uma Comissão Gestora, que deverá ser integrada pelos representantes, dentre outros, da
- (A) Fundação Prefeito Vaz de Vasconcelos (CEBAN).
(B) Secretaria do Meio Ambiente.
(C) Secretaria de Minas e Energia.
(D) Coordenadoria de Gestão Social Integral.
(E) Casa Civil.
48. Constitui objetivo do PPAIS (Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social), dentre outros:
- (A) obter a melhoria das condições sociais da agricultura familiar.
(B) efetivar a articulação integrada de órgãos setoriais responsáveis pela produção.
(C) favorecer a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar nas compras feitas por entidades públicas federais e municipais.
(D) estimular a produção da agricultura familiar, contribuindo para a prática de preços adequados e ampliação do mercado de consumo.
(E) fomentar o incremento de material biodegradável para a produção dos produtos da agricultura familiar.

49. A Lei n.º 14.750, de 27 de abril de 2012, que alterou a Lei n.º 11.600, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a regularização de posse em terras devolutas da 10.ª Região Administrativa do Estado, estabelece que:

- (A) em áreas de terras devolutas estaduais não superiores a 10 módulos fiscais, vigentes na data da publicação desta Lei, situadas nos Municípios da 10.ª Região Administrativa do Estado, cujas posses não sejam passíveis de legitimação ou outorga de permissão de uso, pode-se aplicar o instituto da regularização da posse, na forma estabelecida nesta Lei.
- (B) a Fazenda Estadual poderá renunciar da discriminação das áreas não superiores a 17 módulos fiscais, mediante arbitragem judicial homologada em autos apartados das respectivas ações discriminatórias.
- (C) considera-se regularização de posse a alienação onerosa ao ocupante, pessoa física ou jurídica, que mantiver, sem oposição, posse efetiva por prazo mínimo e ininterrupto de cinco anos.
- (D) para fins de regularização de posse, entende-se como posse efetiva, para a pessoa física, a morada permanente e a exploração de 50% da área correspondente a um módulo rural.
- (E) é vedada a regularização de área cujo ocupante tenha sido beneficiado anteriormente à edição desta Lei, por regularização de outra área devoluta que, subtraída à ocupada na 10.ª Região Administrativa, exceda a vinte módulos fiscais.

50. Para os fins da Lei n.º 11.600/03, que dispõe sobre a regularização de posse em terras devolutas da 10.ª Região Administrativa do Estado e dá outras providências correlatas, são terras devolutas reservadas:

- (A) as necessárias à implantação de estabelecimento privado municipal e estadual.
- (B) as adjacentes às quedas d'água passíveis de aproveitamento industrial em instalações hidráulicas ou na produção de energia hidroelétrica.
- (C) as que contenham minas e fontes de águas minerais passíveis de utilização humana, excluindo os terrenos adjacentes necessários à sua exploração.
- (D) as que constituam margens de rios não navegáveis, compreendidas em uma faixa de 10 metros, contados a partir das enchentes ordinárias.
- (E) as necessárias à consecução de qualquer outro fim de interesse público ou privado, devidamente caracterizado em Lei.

